

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

1 Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro de 2015, das 13h30 às 17h30, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia Hidrográfica  
2 do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), no Auditório da FAEMG, localizado na Av. Carandaí nº 1.115, 5º Andar, Bairro Funcionários,  
3 Belo Horizonte/MG. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Breno Lasmar - IGAM; Inês Tourino Teixeira - SEE; Ênio Resende  
4 - EMATER; Weber Coutinho - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Nadja Murta Apolinário - Prefeitura Municipal de Ouro Preto;  
5 Lairto Divino de Almeida - Prefeitura Municipal de Jaboticatubas; Leandro Vaz Pereira - Prefeitura Municipal de Corinto; Valter Cunha  
6 Vilela - COPASA; Wagner Soares Costa - FIEMG; Alisson Frederico Medeiros de Oliveira; Carlos Alberto Santos de Oliveira - FAEMG;  
7 Gesner Belisário - AMPASC; Simone Alvarenga Borja - Arca Amaserra; José Antônio da Cunha Melo - ABES/MG; Cecília Rute Andrade  
8 Silva - CONVIVERDE; Marcus Vinícius Polignano - Instituto Guaicuy; José de Castro Procópio - ADAO; Tarcísio de Paula Cardoso –  
9 ACOMCHAMA; Rander Abrão Tostes – CEMIG (P/ Renato Junio Constancio- CEMIG). **Participaram os seguintes conselheiros suplentes:**  
10 Paulo César dos Reis - Secretaria de Estado de Saúde; Maria Mércia Rodrigues - Prefeitura Municipal de Baldim; Wagner José Silva  
11 Melillo - Itabirito; Luiz Cláudio de Castro Figueredo - Vale S.A.; Eduardo Nascimento - FETAEMG; Maria Tereza Viana de Freitas Corujo -  
12 4 Cantos do Mundo. **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** José Ricardo Ramos Roseno - SEAPA; Augusto Duarte de Castro -  
13 RURALMINAS; Sandra Pereira da Silva - IEPHA; Matheus Valle de Carvalho e Oliveira; Antônio Marcos Generoso Cotta - Prefeitura  
14 Municipal de Itabirito; Valéria Caldas Barbosa - Copasa; Celso Scalabrini Costa - Anglogold Ashanti, Ademir Martins Bento - MACACA;  
15 Itamar de Paula Santos. **Participaram também:** Cláudia Rosa - Prefeitura Municipal de Baldim; José Raimundo; Alberto Vieira de Melo  
16 Matos - SCNHRV; Heloisa França- SAAE Itabirito; Aldair da Silva - SAAE Itabirito; Gláucia V. Barbosa - IB Consultoria; Irany Braga -  
17 AngloGold; Maurício Cassim - Subcomitê Arrudas; Fabíola de P. F. Nonato - Subcomitê Rio Itabirito e Subcomitê Nascentes; Felipe G. S.  
18 Cabral – Subcomitê Águas do Gandarela; Deusdedite F. Aguiar - Subcomitê Poderoso Vermelho; José Nildo de Oliveira - Subcomitê  
19 Poderoso Vermelho; Lívia Nogueira - Vale; Júlio César Bernardes – Prefeitura Municipal de Sabará; Marília R. S. Garcia - Lafarge Holcim;  
20 Izabella de Abreu - ARSAE - MG; Ricardo Andrade - COMUPRA; Fernanda Alves - SEMAS - Contagem; Elio Domingos, Politácito Santos,  
21 Jean Marcel, Túlio Mol, Fernanda Oliveira, Dimas Correa, Izabella Resende, Izabel Nogueira, Carolina Castro, Gisele Fernandes Sales -  
22 Equipe de mobilização; Rúbia Mansur, Patrícia Sena, Pedro Lins, Amanda Amorim - AGB Peixe Vivo; Marcelo Silveira, Ohana Padilha,  
23 Luiza Baggio - Comunicação CBH Rio das Velhas. Após a recepção e credenciamento dos conselheiros e convidados, o Presidente do  
24 CBH Rio das Velhas, Sr. Marcus Vinícius Polignano, realiza a abertura da reunião, agradece a presença de todos e apresenta a pauta:  
25 **Informes: Expedição do Projeto Manuelzão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Projeto de Lei 2.946/2015 – Reestruturação do**  
26 **SISEMA; Cerimônia de entrega à Sociedade do Projeto Catalogador de Nascentes da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha e**  
27 **assinatura do Protocolo de Intenções de Cooperação para a proteção de Nascentes; Fechamento do Projeto Hidroambiental da**  
28 **Bacia Hidrográfica do Rio Taquaraçu. Aprovação das minutas de ata: 85ª reunião em 28/08/2015 e 86ª reunião em 28/10/2015.**  
29 **Análise da minuta de Deliberação que cria o Subcomitê na UTE Águas do Gandarela. Análise da minuta de Deliberação que cria o**  
30 **Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas. Análise da minuta de Deliberação que aprova o remanejamento das rubricas do PPA.**  
31 **Apresentação das atividades desenvolvidas pela Equipe de Mobilização FUNDEP (Projeto: prestação de serviços de Educação**  
32 **Ambiental e Mobilização Social na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas). Apresentação das atividades desenvolvidas pelas Câmaras**  
33 **Técnicas do CBH Rio das Velhas. Discussão do cronograma de atividades do CBH Rio das Velhas para 2016. Informe: Expedição do**  
34 **Projeto Manuelzão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce:** O Sr. Marcus Vinícius Polignano explica que considera importante que seja  
35 apresentado à Plenária, como está a situação do rio Doce após o rompimento da barragem da empresa Samarco, localizada em  
36 Mariana-MG. Informa sobre a expedição do Projeto Manuelzão na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, ocorrida no dia 24 de novembro de  
37 2015, 19 dias após o rompimento da barragem. Apresenta o mapa da Bacia Hidrográfica do rio Doce e explica que se trata de uma  
38 bacia extensa, que nasce na região do Município de Ouro Preto, atravessa o Município de Governador Valadares e região, segue em  
39 direção ao Estado do Espírito Santo e deságua no mar. Informa que o Rio Doce é formado basicamente pela junção do Ribeirão do  
40 Carmo e do Rio Gualaxo, sendo que o rompimento da barragem se deu exatamente na bacia do Rio Gualaxo do Norte, afetando o  
41 Ribeirão do Carmo. Em seguida, apresenta a imagem do encontro do Rio do Carmo e do Rio Piranga, ponto onde nasce o Rio Doce,  
42 impactado pela densidade da lama, em especial na calha. Informa que pequenas propriedades agrícolas que se localizavam nas  
43 margens dos Ribeirões foram destruídas pela lama. Apresenta a imagem da equipe que participou da Expedição, imagem da barragem  
44 de Candonga (Usina Hidrelétrica Risoleta Neves) que conseguiu reter uma pequena quantidade do sedimento e explica que no  
45 momento da expedição, grande quantidade de material estava sendo removido da calha do rio e afirma que pelas imagens  
46 apresentadas podemos ter a dimensão da força e do impacto da destruição. Em seguida apresenta imagens do sedimento depositado  
47 no leito do rio Doce e informa que foi recolhida amostra de material do sedimento e do rio para análise. Em seguida, apresenta as  
48 imagens do cenário de destruição do Distrito de Barra Longa-MG, da deposição da lama e da ocupação das margens do rio Doce pelo  
49 sedimento. Finalizando a apresentação, Marcus Vinícius Polignano sinaliza que o CBH Rio das Velhas se posicionou publicamente  
50 contrário à calamidade ocasionada pelo desastre e também por suas consequências que representam prejuízos além de questões  
51 econômicas e sociais, como também a perda da identidade social. Considera ser um dano imensurável, pois ele ocorreu de forma  
52 sistêmica, se estendendo por 500 km de rio e atingindo 40 km mar adentro. Sinaliza que cabe ao CBH Rio das Velhas se solidarizar com  
53 as perdas envolvidas, que inclui a perda de vidas, das comunidades e pela degradação ambiental gerada. Expõe a necessidade de que  
54 o CBH Rio das Velhas promova discussões acerca do ocorrido e que a atividade de mineração seja revista enquanto projeto e processo,  
55 pois considera inadmissível, com a existência de tecnologia, de conhecimento e de responsabilidade ambiental, vir a ocorrer um  
56 acidente nessa dimensão e considera ser um momento de reflexão e de responsabilidade em relação ao que queremos ter e como ter.  
57 O Sr. Eduardo Nascimento - FETAEMG, diz que há alguns anos atrás, assistiu a debates na Câmara dos Deputados, onde o chefe do PCC  
58 assumiu em seu depoimento a responsabilidade por todos os crimes cometidos. O Sr. Eduardo Nascimento - FETAEMG considera um  
59 desrespeito por parte da empresa Samarco de não participar dos debates públicos, informa que a empresa já foi convidada quatro  
60 vezes a comparecer na Assembleia e não compareceu, como se ela não tivesse a obrigação de prestar esclarecimentos em espaços  
61 públicos. Menciona que no dia 04 de dezembro de 2015, durante um debate do ciclo econômico na Assembleia Legislativa de Minas  
62 Gerais, o vice-presidente da FIEMG informou que considera que o acidente na barragem da Samarco foi uma fatalidade. Eduardo  
63 contestou, pois acredita que para o acidente ocorrido, há a existência da narrativa histórica da culpa, da irresponsabilidade, do  
64 inesperado e da fatalidade e chama a atenção de todos sobre isso, para que isso se torne um divisor de práticas e de consciência. O Sr.

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

65 Wagner Melillo - SAAE Itabirito, explica que se solidariza com o ocorrido e informa que em Itabirito-MG, já ocorreram três  
66 rompimentos de barragens, sendo cada um com uma gravidade específica sob o ponto de vista ambiental. Aproveita para informar  
67 sobre o projeto do SAAE-Itabirito referente à produção de água, que possui a parceria do CBH Rio das Velhas. Informa que o município  
68 de Itabirito está se organizando para realizar os pagamentos para cuidadores de mananciais e o SAAE-Itabirito irá destinar parte da  
69 verba para esse fim. Comenta também sobre o projeto de ampliação da Estação de Tratamento de Água de Itabirito-MG, que será  
70 necessário buscar água do Rio das Velhas, pois o Rio Itabirito não está em condições de tratamento, pois a sua situação está igual ou  
71 pior do que as imagens apresentadas do Rio Doce. Em relação às enchentes, Wagner Melillo explica que existe um histórico de  
72 pessoas desabrigadas em Itabirito devido à existência de enchentes e considera necessário um posicionamento não somente em  
73 relação às barragens, mas também em relação à gestão das barragens. Informa que no fim de semana passado, a água do rio Itabirito  
74 se encontra lamacenta, oleosa e densa. O Sr. Ênio Resende - Emater, pergunta ao Sr. Wagner Melillo se ele possui conhecimento  
75 sobre as causas para que o Rio Itabirito esteja nessa condição. O Sr. Wagner Melillo menciona que pode ser devido à existência de  
76 estradas de empresas de mineração na região e de suas vias mal drenadas, mas afirma não ser contra a atividade de mineração,  
77 considera ser necessário um processo conjunto e um esquema de gestão mais apurado para levantar os fatores responsáveis pela  
78 situação do rio Itabirito. Sinaliza que a qualidade do rio é de responsabilidade de todos, incluindo o município de Itabirito em relação  
79 ao esgotamento sanitário e as empresas de mineração em relação à execução do papel civil e social. Sugere fazer uma gestão conjunta  
80 e mais apurada sobre a situação do rio Itabirito. A Sra. Cecília Andrade - CONVIVERDE, pergunta ao Sr. Wagner Melillo, qual o motivo  
81 do problema apresentado não ter sido exposto anteriormente em Fóruns de discussão. O Sr. Wagner Melillo explica que o problema já  
82 foi apresentado várias vezes, mas no momento, percebe-se uma ênfase dada ao rio Doce, levando ao entendimento de que a situação  
83 do rio Itabirito não possui importância, portanto solicita maior atenção para a situação apresentada. Em seguida, o Sr. Wagner Soares -  
84 FIEMG considera que é o momento do debate e que a lentidão da solução é visível. Responde à comparação realizada pelo Sr. Eduardo  
85 Nascimento referente ao PCC e acredita que talvez essa comparação criminosa atribuída às empresas, seja um motivo para que elas  
86 não compareçam aos debates, pois se torna um momento de denúncias e de ausência de solução concreta de toda a gestão da bacia,  
87 pois é preferível jogar a culpa em alguém, a assumir a nossa parte de culpa. Explica que o setor não se retira da responsabilidade de  
88 uma discussão honesta e técnica sobre o problema enfrentado e acredita que estamos em um momento de se repensar a atividade de  
89 mineração e de discutir duas frentes, sendo uma emergencial, ou seja, do problema enfrentado e de outra que se refere à discussão  
90 da atividade de mineração em relação ao seu processo. Considera importante, que no momento, sejam separadas as duas frentes para  
91 discussão, pois a presença de um representante do setor produtivo em um ambiente de discussão atual como este, sob o calor da  
92 emoção, pode vir a possibilitar o risco de agressão física, portanto acredita que o diálogo será somente de acusação e defesa e o  
93 importante é a busca por solução. O Sr. Deusdedit Aguiar- Prefeitura Municipal de Santa Luzia, explica que há registros de que o  
94 nosso minério anteriormente continha alto teor ferrífero, mas com o crescimento produtivo, fomos utilizando o minério rico, o que  
95 promoveu a necessidade de aproveitamento de outros tipos de minérios. Para ele, tudo parece ser uma questão econômica de  
96 concorrência e internacionalização de *commodities* de minério, pois há no Brasil, conforme pesquisas, reservas de minérios de teor  
97 ferrífero muito maior do que o minério contido quadrilátero ferrífero, a exemplo da Serra do Navio e Serra dos Carajás. Considera que  
98 o diálogo com o setor de mineração no momento é necessário, mas também a necessidade de compreendermos o fato de termos  
99 chegado ao absurdo da acumulação de água e minério depositados entre montanhas e vales, sucumbindo áreas de APP (Área de  
100 Proteção Permanente), levando o minério a ter condições de se configurar como uma atividade de competição econômica. Considera  
101 necessário compreendermos os aspectos econômicos da atividade de mineração em Minas Gerais, em relação à dimensão da  
102 economia do Estado e sobre a estratégia do Estado em conviver com mineração apesar do elevado risco da atividade. Sugere  
103 promover um diálogo entre o CBH Rio das Velhas e entidades como o IBRAM e a FIEMG. O Sr. Marcus Vinícius Polignano, explica ao Sr.  
104 Wagner Melillo, que compartilha de suas preocupações e inquietações sobre a situação do rio Itabirito e afirma que o CBH Rio das  
105 Velhas tem procurado, na medida do possível, ser o mais atuante possível e logo ocorrido o acidente na barragem da Samarco, o CBH  
106 Rio das Velhas teve a iniciativa de convocar a CTOC (Câmara Técnica de Outorga e Cobrança), para que a Câmara discutisse sobre os  
107 barramentos localizados na região do Alto Rio das Velhas e informa que dos 46 barramentos vinculados à mineração localizados na  
108 bacia do Alto Rio das Velhas, 12 não possuem auditoria de estabilidade no processo. Concorda com o Sr. Wagner Soares sobre o fator  
109 emoção estar envolvido na discussão, mas cita Apolo Heringer (Projeto Manuelzão) ao falar sobre a atividade econômica, que  
110 considera ser uma boa atividade pelo fato de produzir riqueza, mas a atividade não se solidariza com as questões sociais e ambientais,  
111 pois o lucro é privilegiado. Afirma que na licença de operação (LO) da empresa Samarco, constava a necessidade de haver um plano de  
112 contingência para emergência, pois existia no trajeto da mina uma comunidade chamada Bento Rodrigues e a Samarco não tinha  
113 sequer um “apito”. Informa que será necessário trabalhar essa questão com muita responsabilidade e seriedade e sinaliza que  
114 também sentiu a falta de compromisso da empresa Samarco de se pronunciar para a sociedade sobre o ocorrido e afirma que o  
115 debate já está posto. Aproveita para citar as barragens da empresa de Mineração Herculano (Itabirito-MG), que ainda estão  
116 depositando rejeito na região e não se encontram auditadas, pois estão desestabilizadas e sem solução. Informa que a CTOC-Câmara  
117 Técnica de Outorga e Cobrança, encaminhou aos órgãos competentes, como o DNPM, SEMAD e Ministério Público, um pedido de  
118 providência em relação a esses barramentos, tendo em vista também a responsabilidade de que o CBH Rio das Velhas possui sobre o  
119 licenciamento e outorgas. Em seguida, propõe debates e acredita que seja um momento de um novo tempo, e a proposta no  
120 momento é verificar sobre o que fazer a partir de agora. O Sr. Valter Vilela - Copasa, informa que o CBH Rio das Velhas preparou uma  
121 moção de solidariedade ao Comitê da bacia Hidrográfica do Rio Doce, elaborada pelo Sr. Ronald Guerra - AQUA, conselheiro do CBH  
122 Rio das Velhas, que será colocada em votação em Plenária para aprovação para que a moção seja encaminhada ao Comitê da Bacia  
123 Hidrográfica do Rio Doce. Após a leitura da moção realizada pelo Sr. Valter Vilela, a Sra. Maria Tereza Corujo - 4 Cantos do Mundo  
124 sugere a troca na moção, do termo “acidente” por “tragédia” ou por um termo similar, pois considera não fazer sentido que seja  
125 encaminhada uma moção que assume que se trata de um acidente ou fatalidade. O Sr. Eduardo Nascimento - FETAEMG propõe a  
126 retirada do trecho que menciona sobre o processo de licenciamento e controle, porém alguns conselheiros propõem pela não  
127 modificação da moção. Sr. Marcus Vinícius Polignano sugere aprovar a moção da maneira que está e sugere, se for o caso, a revisão de  
128 redação e a troca do termo acidente por tragédia, conforme sugestão da Sra. Maria Tereza Corujo. O Sr. Eduardo Nascimento

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

129 argumenta que não se trata somente da troca do termo sugerido, pois em seu entendimento se trata de um crime e considera não ser  
130 justo que seja jogada a responsabilidade pelo que ocorreu aos servidores públicos. Sr. Marcus Vinícius Polignano faz a leitura do trecho  
131 da moção para esclarecimento: *“O processo de licenciamento e controle em todas as instâncias é falho. Nossos controles sociais são*  
132 *frágeis e são soterrados por diversos interesses econômicos”*. Polignano explica ao Sr. Eduardo Nascimento que em seu entendimento,  
133 no trecho não há nada relacionado à culpabilidade de funcionários, e sim que se trata dos mecanismos. A moção de solidariedade ao  
134 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce foi aprovada de acordo com as considerações do Sr. Marcus Vinícius Polignano. **Informe:**  
135 **Projeto de Lei 2.946/2015 - Reestruturação do SISEMA.** O Sr. Marcus Vinícius Polignano informa que o Projeto de Lei 2.946/2015 foi  
136 aprovado na Assembleia e explica que houve um pedido pela sociedade de retirada do pedido de urgência para que o Projeto fosse  
137 debatido com intensidade, pois o Projeto altera a gestão ambiental do Estado de Minas Gerais, mas que infelizmente, a retirada de  
138 pedido de urgência não foi possível, mesmo com 140 entidades ambientais do Estado, terem assinado o documento junto à  
139 Assembleia. Explica que ainda assim, a sociedade participou de uma Audiência Pública na Assembleia, mas não foi possível após esse  
140 processo, fazer um diálogo propositivo com as devidas Câmaras, pois o Projeto passou pelas Comissões de Meio Ambiente e de  
141 Administração. Polignano informa que em sua avaliação, sob o ponto de vista de um melhor controle de gestão e participação no qual  
142 esperamos, considera o Projeto ruim. Entende que enquanto sociedade, poderíamos ter encontrado os mecanismos mais adequados  
143 nesse processo. Informa que no Projeto de Lei inicialmente constavam 31 Artigos e 21 Decretos relacionados, mas que o número de  
144 Decretos foi reduzido. Informa que o movimento conseguiu de certa forma, restabelecer a força do COPAM (Conselho Estadual de  
145 Política Ambiental), mas em compensação, no Projeto final aprovado, o Ministério Público foi retirado de todas as Câmaras Técnicas  
146 do COPAM e foi dado às Câmaras Técnicas o poder sobre o licenciamento ambiental de grande parte dos empreendimentos, o que de  
147 certa forma esvazia o Plenário do COPAM, pois no nosso entender não é algo salutar. Informa que as concessões de outorgas voltaram  
148 para a responsabilidade do IGAM, respeitando as competências dos Comitês de Bacia, fato importante nesse contexto. Acredita que  
149 proporcionará ao IGAM um empoderamento muito maior enquanto Instituição e os Comitês de Bacia passarão a ter um papel  
150 importante no processo de licenciamento e de outorga, em especial no processo de outorga e sinaliza a necessidade de os Comitês de  
151 Bacia se prepararem para esta tarefa. Informa que o CBH Rio das Velhas vem discutindo com o próprio IGAM sobre as competências  
152 em relação ao processo de outorga dos recursos hídricos e de seu controle, pois efetivamente considera estarmos em um momento  
153 em que não há controle dos processos de outorga, o que gera mais conflitos e questionamentos, pois há usuários que utilizam o  
154 sistema e possuem suas outorgas devidas, mas há vários milhares usuários utilizando a água sem outorga e sem controle. Espera-se  
155 em relação ao IGAM e ao controle das outorgas, um avanço nesse processo. A Sra. Maria Tereza Corujo - 4 Cantos do Mundo, acredita  
156 que em relação às outorgas houve um avanço, mas reforça que a Lei 2.946/2015 irá trazer graves situações em todas as bacias  
157 hidrográficas, pois a facilidade dos licenciamentos ambientais no formato em que foi colocado, fará com que os Comitês de Bacia  
158 estejam diante de situações gravíssimas, pois as outorgas já são tratadas separadamente dos licenciamentos e a Lei 2.946/2015 agiliza  
159 os processos de licenciamento para atendimento à interesses econômicos, pois a Lei diz que projetos economicamente prioritários  
160 para o Estado, terão um tratamento especial. Informa que a Lei diz que para todos os licenciamentos que não necessitem de estudos  
161 de impacto ambiental, em seis meses terão que estar licenciados ou indeferidos. A Lei diz que para os licenciamentos que precisam de  
162 estudos de impactos ambientais ou de Audiência Pública, em um ano, o licenciamento tem que ser concedido ou indeferido, que  
163 precisam ser pautados mesmo que não tenham avaliação técnica terminada. Explica que a Lei traz outra gravidade no que se refere  
164 aos processos de licenciamentos de classes 1, 2 e 3, no qual, ela não tem certeza, serão de responsabilidade da SUPRAM e em uma  
165 avaliação sistêmica da bacia hidrográfica, não se trata somente de uma questão matemática e acredita que o processo de  
166 licenciamento será realizado sem o devido cuidado de precaução ambiental. Explica que para os licenciamentos de classes 5 e 6, foi  
167 retirado propositalmente o Ministério Público e as instâncias colegiadas, como o Plenário e as URC (Unidade Regional Colegiada), que  
168 só poderão decidir sob recurso, isso se o Estado pautar o recurso antes de se evitar o impacto e até que esses recursos sejam pautados  
169 e votados, as perdas ambientais e sociais estarão consolidadas. Portanto, considera o Projeto de Lei 2.946/2015 inconstitucional e  
170 ilegal e sinaliza que há várias organizações que estão trabalhando com o objetivo de entrar com uma ação para que seja evitada a  
171 consolidação do Projeto de Lei 2.946/2015, pois a situação de Minas Gerais já é grave e com a Lei irá se complicar. Sugere que em  
172 2016, seja constituído um grupo de trabalho para formalizar ao Governo do Estado um tipo de responsabilização sobre as  
173 consequências do que será licenciado nesse formato, sendo fundamental aos Comitês de Bacia, incluindo o CBH Rio das Velhas se  
174 posicionarem a respeito. O Sr. Procópio de Castro - ADAO, comenta sobre a visível falta de fiscalização do Estado e que considerou o  
175 cenário da Assembleia um cenário de hipocrisia. Acredita que para tudo que se faça na indústria e no mundo, com qualidade, há a  
176 necessidade do cuidado, detalhe retirado com o Projeto de Lei. Considera o Projeto de Lei centralizador, que exclui a sociedade e  
177 afirma que ao invés de se aperfeiçoar a legislação ambiental, são feitos remendos. Considera que o Projeto de Lei não representa a  
178 responsabilidade sócio-ambiental e sim uma “maquiagem”. O Sr. Weber Coutinho - PMBH, informa que ocorreu uma Audiência  
179 Pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte há uma semana para tratar da segurança das barragens instaladas na região  
180 metropolitana de Belo Horizonte e acredita que com a existência de cerca de 40 a 50 barragens localizadas na região do Alto Rio das  
181 Velhas, Belo Horizonte corre um sério risco de que o abastecimento de água do município seja prejudicado a qualquer momento.  
182 Explica que a Maria Tereza Corujo colaborou durante as discussões e houve participação de várias entidades. Comenta que os  
183 Vereadores ficaram preocupados com a possibilidade de rompimento de barragens e aproveita para citar sobre a barragem de rejeitos  
184 que está para ser licenciada, que será 10 vezes maior do que a barragem da empresa Samarco que se rompeu e caso ocorra o  
185 rompimento de uma barragem nessas proporções, o rejeito atingirá o município de Rio Acima. Alerta para esta questão, pois é  
186 necessário cuidado em relação a essas barragens e propõe a formação de uma frente parlamentar que envolva os Governos da região  
187 metropolitana, na área do Executivo e do Legislativo junto às organizações e sinaliza que o CBH Rio das Velhas possui importante papel  
188 no envolvimento da situação. Informa sobre a intenção dos Vereadores realizarem uma visita na região do Município de Rio Acima e  
189 acredita que o CBH Rio das Velhas terá um trabalho muito importante a fazer e que o discurso deverá ser em nível de pressão popular  
190 e a partir da própria gestão do CBH Rio das Velhas. O Sr. Eduardo Nascimento - FETAEMG, propõe a elaboração de uma moção, pois o  
191 quadro do Projeto de Lei 2.946/2015 se alterou. Informa que participou junto ao Sr. Carlos Alberto Oliveira - FAEMG, da reunião do  
192 COPAM Central, pois o Projeto de Lei 2.946/2015 voltou para discussão. Considera que o debate foi civilizado e que para a sua

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

193 surpresa, o Secretário informou considerar o Projeto de Lei 2.946/2015, que foi enviado para a Assembleia, “uma porcaria”. Informa  
194 que também se surpreendeu com o número de proposições de emendas aceitas e considera que o Projeto de Lei 2.946/2015 saiu  
195 melhor do que entrou. Em relação à proposta da moção, considera que o Projeto de Lei 2.946/2015 poderá ser melhorado na  
196 perspectiva da preservação ambiental e da sustentabilidade e isso diz respeito aos Decretos. Propõe uma moção para que as  
197 propostas de Decretos sejam antes discutidas em caráter consultivo no COPAM e no CERH antes de ir para o Governador, pois acredita  
198 que através dos Decretos, o Projeto de Lei possa ser melhorado, mas sinaliza que considera que o Projeto não tenha ficado tão ruim. O  
199 Sr. Wagner Soares - FIEMG, explica que na leitura da FIEMG, o discurso do Secretário foi bom. Menciona que anteriormente, o  
200 Secretário já vinha dando sinais de que não estava contente com o trabalho do grupo da Força Tarefa e a FIEMG apoiou o Projeto de  
201 Lei 2.946/2015, o qual considera não ser bom para ninguém, mas que era melhor aprová-lo e acreditar no discurso do Secretário.  
202 Acredita que em relação aos Decretos, será necessária uma maior atenção, pois o Projeto de Lei sendo bom ou ruim traz diretrizes que  
203 irão cercear os Decretos. Explica que o Projeto de Lei 2.946/2015 não inovou o prazo de análise de licenciamento ambiental, pois o  
204 prazo de análise está na Política Nacional de Licenciamento Ambiental, mas no Brasil não é cumprido. O Sr. Polignano comenta que o  
205 CBH Rio das Velhas é exemplo de como a sociedade é capaz de ouvir o outro. Deve-se lamentar que o COPAM não tenha a mesma  
206 composição igualitária e que o Estado ainda queira gerir por si mesmo e não deixar os entes se entenderem. Salienta novamente que o  
207 solicitado foi a retirada do PL do regime de urgência para que a sociedade pudesse discutir o projeto. Considera que estamos partindo  
208 de um diagnóstico errado, pois para ele, falta é estrutura da SEMAD, de funcionamento operacional e considera que Lei não resolve o  
209 problema. Informa que o orçamento da SEMAD é 0,5% do Estado, um dos mais baixos do Estado, sendo que a SEMAD é uma das  
210 maiores arrecadoras de impostos e de renda do Estado, o que é uma contradição, arrecada, mas não há orçamento, mas quer fazer  
211 licenciamento ambiental em seis meses, portanto acredita que quem possui força política irá ser beneficiado. Quanto à moção  
212 sugerida pelo Sr. Eduardo Nascimento, no sentido de solicitar que os Decretos que sejam frutos da Lei 2.946/2015, passem pelo  
213 plenário do COPAM e do CERH, Polignano pergunta aos Conselheiros se há concordância e todos concordam. **Informe: Cerimônia de**  
214 **entrega à Sociedade do Projeto Catalogador de Nascentes da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha e assinatura do Protocolo de**  
215 **Intenções de Cooperação para a proteção de Nascentes:** o Sr. Polignano comunica que foi assinado no dia 03 de dezembro de 2015,  
216 um termo de cooperação entre a Prefeitura de Belo Horizonte, a Prefeitura de Contagem, o CBH Rio das Velhas e o Projeto Manuelzão  
217 para a preservação das nascentes urbanas. Explica que se trata de um avanço fundamental, pois pela primeira vez está sendo  
218 legitimado como uma ação de Política Pública em prol das nascentes urbanas. Informa que o Prefeito de Contagem e o vice-prefeito  
219 de Belo Horizonte em exercício assinaram o documento e a partir de agora o processo será operacionalizado. O Sr. Ricardo Andrade -  
220 COMUPRA, informa que ocorreu uma reunião do Movimento Deixe o Onça Beber Água Limpa (baixo Onça) e aproveita para fazer uma  
221 denúncia ao CBH Rio das Velhas e solicitar uma maior participação efetiva do Comitê em relação à ocupação desordenada na região.  
222 Informa que um Parque de 5,5 km está em processo de construção ao longo do Ribeirão do Onça. Explica que a URBEL já está  
223 realizando os trabalhos de desapropriação de 1.453 famílias na região, mas que o problema da invasão continua. Comenta que  
224 recentemente foi realizado o cercamento de uma nascente localizada próximo ao Conjunto Ribeiro de Abreu, mas as cercas já foram  
225 rompidas e a área ocupada. Explica que as invasões são denunciadas nas Regionais de Belo Horizonte, mas há uma inoperância por  
226 parte delas em relação ao problema. Informa que a Prefeitura de Belo Horizonte parece fazer vista grossa, pois retira as pessoas, mas  
227 não executa outras ações de forma efetiva e que de nada adianta o trabalho do COMUPRA e parceiros em relação à recuperação das  
228 nascentes se houver a continuidade do problema de ocupação, pois há esgoto sendo lançado. Cita que é necessário que a Prefeitura  
229 tome uma atitude efetiva para o problema e que já foi preciso acionar o Legislativo, o Executivo, as Regionais e a mídia. Solicita apoio  
230 do CBH Rio das Velhas na causa e diz sobre a intenção de acionar o Ministério Público, caso não seja resolvido. O Sr. Polignano solicita  
231 ao Sr. Ricardo Andrade, que a denúncia seja feita por escrito e que seja encaminhada através do Subcomitê Ribeirão Onça, para que o  
232 CBH Rio das Velhas encaminhe a quem é de direito, pois há ações que são de competência da Prefeitura e cabe ao CBH Rio das Velhas  
233 encaminhar um ofício. A Sra. Cecília Andrade aproveita para informar que faz parte do COMAC - Conselho Municipal do Meio  
234 Ambiente de Contagem e que na região da Pampulha serão construídos cinco empreendimentos, que levará cerca de 7.000 pessoas  
235 para a bacia da Pampulha. Informa que entrou com uma ação junto ao Ministério Público, pois para a construção dos  
236 empreendimentos, está sendo realizada grande supressão de vegetação, com cerca de 30.000 árvores no total sendo desmatadas.  
237 Explica que como conselheira do COMAC, está solicitando que em algumas áreas seja realizado o replantio de árvores, sendo que 75%  
238 do desmatamento é na região de Contagem. A área onde serão construídos os empreendimentos é caracterizada como área rural e  
239 informa que ações estão sendo feitas na tentativa de transforma-la em área urbana, para que os empreendimentos possam ser  
240 instalados, desrespeitando o Plano Diretor. Explica que se trata também de uma área onde está localizado o Córrego Banguela,  
241 afluente do Córrego Bom Jesus, que possui água limpa e, portanto, esses empreendimentos atingem nascentes e precisam ser  
242 revistos. **Informe: Encerramento do Projeto Hidroambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Taquaraçu.** O Sr. Polignano informa sobre o  
243 encerramento do Projeto Hidroambiental da Bacia do Rio Taquaraçu, que recuperou cerca de 100 hectares de área degradada e  
244 contou com a participação da comunidade e com a recuperação de área de voçorocas. Comenta sobre o prazer de ter participado de  
245 seu encerramento que ocorreu no final de novembro de 2015 e que contou com a participação da comunidade que elogiou o  
246 resultado obtido. **Aprovação das minutas de ata: 85ª reunião em 28/08/2015 e 86ª reunião em 28/10/2015.** O Sr. Valter Vilela  
247 explica que a minuta da 85ª reunião, ocorrida em 28/08/15 havia sido retirada de pauta durante a reunião do dia 28/10/2015, pois a  
248 Sra. Cecília Andrade e o Sr. Tarcísio de Paula sugeriram a complementação de algumas falas. A Ata da 85ª reunião foi aprovada sem  
249 alterações. Em relação à Ata da 86ª reunião, ocorrida no dia 28/10/15, o Sr. Breno Lasmar - IGAM, em relação à linha 196, explica que  
250 gostaria de deixar claro que o que ficou acertado na Audiência Pública, não somente a ação de fiscalização pelo IGAM, mas também na  
251 atuação em outras ações, junto à Copasa e à Câmara de Vereadores. Informa que deu a entender, a partir da leitura do trecho na ata  
252 (linha 196), que o IGAM seria responsável somente pela fiscalização. O Sr. Weber Coutinho - PMBH, aproveita para comentar sobre a  
253 fato, que foi apresentado ao CBH Rio das Velhas na Plenária do dia 28/08/2015 e que também foi levado ao Subcomitê Ribeirão  
254 Arrudas para discussão. Informa que a visita acertada ao local junto ao IGAM e COPASA, para verificação da situação hídrica ainda não  
255 havia sido viabilizada. A Sra. Cecília Andrade explica que é conselheira do Subcomitê Ribeirão Arrudas e que a visita não ocorreu  
256 devido à falta de agenda do Valter Vilela e do Polignano, mas que irá ocorrer. Informa que a visita será discutida no dia seguinte

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

257 durante a reunião do Subcomitê Ribeirão Arrudas. Em seguida, o Sr. Polignano realiza a leitura do trecho referente à linha 196. O Sr.  
258 Breno explica que a preocupação não é pelo fato de atribuir responsabilidade fiscalizatória, pois isso é inerente ao IGAM e o mesmo  
259 deverá executar, mas pelo fato de parecer que o problema se resolveria somente através de uma ação fiscalizatória, mas Polignano  
260 considera que no formato registrado, a compreensão sobre as atribuições não será prejudicada, pois considera que foi colocado de  
261 forma clara, logo na sequência da linha 196. O Sr. Valter Vilela consulta o Sr. Breno Lasmar e os Conselheiros se a ata da 86ª reunião  
262 poderá ser aprovada. A ata da 86ª reunião foi aprovada sem alterações. **Análise da minuta de Deliberação que cria o Subcomitê na**  
263 **UTE Águas do Gandarela:** O Sr. Polignano informa que se trata do 18º Subcomitê a ser criado. Explica que foi realizada a reunião de  
264 processo eleitoral no dia 29 de outubro de 2015, sendo oficialmente criado o Subcomitê Águas do Gandarela, por meio de uma  
265 Portaria na CTIL- Câmara Técnica Institucional e Legal. Após realizada a leitura da Portaria de criação do Subcomitê Águas do  
266 Gandarela pelo Polignano, a Sra. Maria Tereza Corujo explica que como cidadã constituinte da Sociedade Civil, há muito tempo vem  
267 lutando pela formação do Subcomitê Águas do Gandarela e considera estar no Subcomitê como Conselheira um momento muito  
268 importante. Conta sobre o processo eleitoral para a formação do Subcomitê, concorrido e democrático, que envolveu a formação do  
269 Subcomitê constituído por quatro representantes de cada segmento. Explica que para o Movimento Gandarela é um fato muito  
270 especial e sobre a consciência de que será um território com desafios a serem enfrentados, pois existe grande interesse da empresa  
271 Vale em minera-lo, mas o Subcomitê fará um trabalho que cabe à sociedade fazer. O Sr. Felipe Cabral - Subcomitê Águas do Gandarela,  
272 morador do município de Raposos-MG, informa que o subcomitê terá muita importância para Raposos, pois é uma cidade que vem  
273 trabalhando em prol do recurso hídrico e a formação do Subcomitê é muito gratificante, pois há a existência de mais uma ferramenta  
274 para administrar as águas do Gandarela da melhor forma possível. O Sr. Valter Vilela coloca em votação a aprovação da criação do  
275 Subcomitê Águas do Gandarela, sendo aprovada por unanimidade. **Análise da minuta de Deliberação que cria o Grupo Gestor de**  
276 **Vazão do Alto Rio das Velhas.** O Sr. Valter Vilela informa que a criação do Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas já havia sido  
277 discutida em Plenária no dia 28 de outubro de 2015, portanto se trata somente de formalização da criação. Aproveita para perguntar  
278 se há sugestões de complementação da Deliberação e a coloca para aprovação. O Sr. Polignano restabelece a importância do Grupo  
279 Gestor e informa que haverá reunião provavelmente em janeiro, pois está preocupado com a vazão do rio das Velhas para o ano de  
280 2016. Explica que em dezembro, já deveríamos estar em período chuvoso. Informa que o rio das Velhas estava com uma vazão de 20  
281 m<sup>3</sup>/s e pelo fato de dezembro ser época de chuva, o rio deveria estar com vazão de 40m<sup>3</sup>/s a 50 m<sup>3</sup>/s, portanto é um fato  
282 preocupante. Explica sobre a necessidade de que o Grupo Gestor pense em medidas a serem tomadas, incluindo a questão do  
283 compartilhamento de águas dos barramentos, ações que serão decisivas no processo de manutenção do Rio das Velhas. A Sra. Cecília  
284 Andrade solicita que a reunião do Grupo seja agendada para janeiro de 2016 e Polignano confirma. Maria Tereza Corujo solicita ao  
285 Grupo Gestor que insira em suas ações medidas que envolvam as perdas das áreas de recargas, pois pensar somente na questão do  
286 barramento, do abastecimento e em possibilidades de uso de água, não é efetivo, sugere que em janeiro seja estudado uma moção ao  
287 Governo do Estado, pois há a questão do Projeto de Lei 2.946/2015 que trata dos projetos de prioridade econômica e sabemos que  
288 para o Estado de Minas o interesse é atividade de mineração. Para ela, nós temos que construir uma moção ao Governo do Estado em  
289 relação à região do Alto Velhas, que vive em situação de escassez confirmada, portanto, há argumentos para solicitar ao Governo que  
290 qualquer licenciamento no Alto Rio das Velhas tenha uma atenção maior e que seja compartilhada com o CBH rio das Velhas. Sugere  
291 que sejam implantadas alternativas, pois com os licenciamentos pelas SUPRAM e com a prioridade do Governo será necessário. O Sr.  
292 Ênio Resende expõe, baseando-se na fala da Maria Tereza Corujo, que insistentemente conversa com Polignano sobre a necessidade  
293 de não se preocupar somente com a gestão do uso da água e sim trabalhar também com a gestão da oferta de água e considera que  
294 para o ano de 2016, poderia aplicar uma agenda junto aos Prefeitos, Subcomitês e com as Câmaras Municipais para trabalharmos o  
295 PDRH Rio das Velhas de acordo com as agendas para cada Unidade Territorial. Informa que a áreas de recarga vem diminuindo devido  
296 à expansão urbana e outras atividades e considera que a crise hídrica demonstrou uma grande fragilidade em relação à quantidade de  
297 água e isso tem relação com a recarga hídrica. Maria Tereza Corujo coloca mais dois argumentos. Informa que no Seminário Águas de  
298 Minas III, foram aprovadas dentro das propostas finais, duas propostas, sendo uma delas sobre a crise hídrica no que se refere a  
299 garantia de que todos os Planos Diretores das Bacias Hidrográficas estabeleçam zonas de restrição de uso e de ocupação para  
300 conservar mananciais, áreas de recargas, nascentes e aquíferos, fundamentais para o abastecimento público e a proteção da  
301 biodiversidade. Explica que se trata de uma proposta final de um seminário que envolveu muito trabalho e isso é argumento a ser  
302 utilizado pelo CBH Rio das Velhas, porque se trata de uma região com problemas de disponibilidade hídrica. O outro é sobre o  
303 estabelecimento de territórios livres de exploração minerária nas bacias hidrográficas do Estado, em especial em áreas de recarga,  
304 aquíferos e mananciais de água, dando prioridade as regiões e bacias mais ameaças e impactadas, destacando-se o quadrilátero  
305 ferrífero, a bacia do Santo Antônio e Doce, o Alto Pardo, o Alto Jequitinhonha e outras que estejam em situação de escassez de água. A  
306 partir daí, entende-se que temos no ambiente da Assembleia duas propostas surgidas pela Sociedade que nos ajudam a embasar todas  
307 as ações nesse sentido, pois são urgentes. Wagner Melillo - SAAE Itabirito coloca em questão os processos de outorga, pois considera a  
308 necessidade de se discutir a situação a partir da base. Expõe sobre as dificuldades no processo ao informar sobre o pedido de outorga  
309 pelo SAAE Itabirito em termos de condicionantes para estabelecer os poços ao longo da BR-040. Questionou sobre o condomínio em  
310 Itabirito que possui 60 poços abertos, mas classificado como uso insignificante. Acredita que a outorga deveria ser vista primeiramente  
311 pelo município para ser ou não autorizada e posteriormente passar pelo CBH Rio das Velhas, independente de ser de uso insignificante  
312 ou não, porque é necessário analisar o todo da bacia. Polignano acredita que a colocação foi oportunista e cita o Projeto de Lei nº  
313 2.946, pois uma das coisas que ele resgata é o papel do IGAM de possuir o controle sob a gestão de outorgas e será necessário que o  
314 CBH Rio das Velhas discuta junto ao IGAM e CERH como será esse compartilhamento da gestão das outorgas. Concorda com o Wagner  
315 Melillo sobre o descontrole em relação à concessão de outorgas. Polignano sugere que Wagner Melillo encaminhe o questionamento  
316 ao CBH Rio das Velhas para ser referendado esse questionamento ao IGAM e assim formalizar um processo de discussão com o IGAM  
317 para verificar como readequar esse processo e informa que o problema referente a outorgas de poços não é presente somente na  
318 região de Itabirito, mas também em outras regiões. Para aprovar a DN que cria o Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas,  
319 Polignano, baseando-se na sugestão de Maria Tereza, faz proposta de redação no Art.1º "Fica instituído o Grupo Gestor de Vazão com  
320 a finalidade de monitorar e estabelecer mecanismos de controle das vazões do Alto rio das Velhas, bem como as defluências dos

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

321 reservatórios de águas localizados na Unidade Territorial de Gestão, visando à regularização das vazões, objetivando o direito de  
322 acesso de todos aos recursos hídricos, com prioridade para o abastecimento público e a manutenção dos ecossistemas”. Acrescenta  
323 após “defluências dos reservatórios de águas localizados na Unidade Territorial de Gestão” a frase “além de garantir territórios e ações  
324 de produção de água” permanecendo o restante inalterado. O Sr. Valter Vilela coloca em aprovação a DN que cria o Grupo Gestor de  
325 Vazão do Alto Rio das Velhas, que foi aprovada por unanimidade com a inclusão de frase sugerida pelo Polignano. **Análise da minuta  
326 de Deliberação que aprova o remanejamento das rubricas do PPA.** O Sr. Valter Vilela informa que para a atualização do PDRH-Rio das  
327 Velhas, houve uma diferença de valor de R\$ 49.000,00 a mais do que estava previsto. A Sra. Patrícia Sena - AGB Peixe Vivo, explica que  
328 o contrato para a atualização do PDRH se iniciou em dezembro de 2012, inicialmente com previsão de 18 meses de duração, mas por  
329 diversos fatores, incluindo a própria sistemática do CBH Rio das Velhas, como a falta do Grupo de Acompanhamento do Plano Diretor,  
330 foi necessário que o contrato sofresse alguns aditivos de prazos. Informa que na AGB Peixe Vivo há a regra de executar ajustes de  
331 prazo e não de valor, mas explica sobre a existência do reajuste financeiro que é devido, no caso de um contrato ultrapassar 12 meses,  
332 o que gera um reajuste contratual. Foi proposto o remanejamento de valor de outra rubrica dentro da mesma componente, que se  
333 refere à rubrica de “Contratação de estudos para reenquadramento” que ainda não foi efetivada. Apresenta a proposta de  
334 transferência do valor da rubrica “Contratação de estudos para reenquadramento” para a rubrica do Plano Diretor, dentro da mesma  
335 componente, para zerar o valor que está a princípio com R\$ 49.000,00, sem causar prejuízo algum e assim, seja colocado o valor  
336 dentro do aditivo. O Sr. Valter Vilela coloca a proposta em votação para aprovação. O Sr. Breno Lasmar levanta um questionamento  
337 pelo fato de alguns Conselheiros, assim como ele, não terem recebido a convocação da 87ª reunião constando esse item de pauta e  
338 cita que a minuta de Deliberação não passou pela CTIL-CBH Rio das Velhas (Câmara Técnica Institucional Legal). Polignano  
339 compreende o questionamento e explica que houve um descompasso em relação à algumas convocações, mas dado que o tema não é  
340 tão controverso, é plausível de conhecimento por parte da Plenária e entendendo que a Plenária é soberana, gostaria de insistir para  
341 que a proposta de remanejamento seja aprovada, pois não vê que haja prejuízo, até do ponto de vista legal, para que a AGB Peixe Vivo  
342 não fique descoberta, mesmo entendendo o descompasso da pauta e, caso seja necessário, esclarecimentos a mais serão colocados,  
343 mas que não gostaria que o fato prejudique a aprovação. O Sr. Breno Lasmar explica que entende o motivo de inclusão da Deliberação,  
344 pois houve alteração no PPA (Plano Plurianual de Aplicação), e quando a AGB Peixe Vivo for prestar contas ela vai demonstrar que  
345 houve um remanejamento no valor de R\$ 49.000,00 de um lugar para outro, mas questiona que esse remanejamento não está  
346 acobertado por uma pauta mostrando esse item, para que possa ser aprovado de forma regimental no CBH Rio das Velhas. Para ele  
347 não há problemas, caso haja no Regimento do CBH Rio das Velhas, alguma previsão como há no CERH - Conselho Estadual de Recursos  
348 Hídricos, de que matéria extrapauta dada a sua relevância, para que possa ser apresentada de imediato e caso haja a concordância de  
349 todos, ser submetida à Deliberação. O Sr. Valter Vilela informa ao Breno que trata-se de duas convocatórias, que uma parte recebeu  
350 constando a pauta e outra não e pergunta se isso pode ser considerado. Sugere aprovar a proposta e acredita que não irá haver  
351 questionamentos e caso a proposta de remanejamento não seja aprovada, ocasionará problemas a AGB Peixe Vivo. O Sr. Tarcísio de  
352 Paula - ACOMCHAMA informa que enquanto Conselheiro do Conselho Fiscal da AGB Peixe Vivo, respeita o ponto de vista jurídico do  
353 Breno, no qual tem grande importância, mas sugere aprovar a Deliberação. Informa que recebeu a convocação constando a pauta,  
354 inclusive com certa antecedência e como acompanha a prestação de contas, será importante, tendo em vista a questão da prestação  
355 de contas da AGB Peixe Vivo. Polignano esclarece o que aconteceu. Informa que já havia sido enviada a convocação da 87ª reunião  
356 pelo Correio em formato impresso, mas sem constar o ponto de pauta sobre a DN de remanejamento, devido à questão do prazo de  
357 envio e nesse pequeno intervalo, a AGB Peixe Vivo comunicou a necessidade de fazer o remanejamento e ele autorizou. O que ocorreu  
358 é que foi enviada a convocação da 87ª reunião em formato digital incluindo a pauta, devido à necessidade de pautar a discussão.  
359 Portanto, a pauta “Análise da minuta de Deliberação que aprova o remanejamento das rubricas do PPA” foi enviada a todos na  
360 convocação digital da 87ª reunião, não indo somente na pauta impressa pelos Correios. Polignano considera que a Plenária é soberana  
361 e que poderia votar a Deliberação de remanejamento caso julgue procedente. Explica que o que poderia ser alegado é a  
362 desinformação e consulta a Plenária para verificar se ela se julga capaz de votar e, caso positivo, será realizada a votação da  
363 Deliberação que aprova o remanejamento das rubricas do PPA. Patrícia Sena - AGB Peixe Vivo lembra que a minuta da Deliberação foi  
364 enviada aos Conselheiros por meio digital. Polignano pergunta à Plenária se ela se julga capaz de votar e a maioria se considerou  
365 habilitada, com um voto contra de Breno Lasmar. O Sr. Valter Vilela em seguida coloca em votação a aprovação da minuta de  
366 Deliberação que aprova o remanejamento das rubricas do PPA, sendo aprovada com um voto de abstenção de Breno Lasmar.  
367 **Discussão do cronograma de atividades do CBH Rio das Velhas para 2016.** O Sr. Valter Vilela apresenta o cronograma de atividades  
368 do CBH Rio das Velhas para aprovação, no qual estão previstas seis Reuniões Plenárias e a Semana do Rio das Velhas e coloca em  
369 votação. Houve alteração da data da reunião Plenária programada para o dia 17 de fevereiro de 2016, pois a data cairá na quarta-feira  
370 de cinzas, sendo alterada para o dia 18 de fevereiro de 2016. Polignano pergunta aos presentes se há mais datas a questionar. Maria  
371 Tereza Corujo informa que ela e o Eduardo Nascimento possuem reuniões do COPAM nas quartas-feiras, pois as reuniões do CBH Rio  
372 das Velhas estão programadas também para as quartas-feiras e solicita verificar a possibilidade de que as reuniões do Comitê não  
373 sejam na mesma data do COPAM, pois será necessário escolher em qual poderá participar. O Sr. Valter Vilela informa à Maria Tereza  
374 que ainda não saiu o calendário das reuniões do COPAM e a Sra. Cecília Andrade relembra que as reuniões do CBH Rio das Velhas  
375 ocorrem de dois em dois meses e Maria Tereza concorda com o cronograma proposto. O cronograma de atividades do CBH Rio das  
376 Velhas para o ano de 2016 foi aprovado por unanimidade com a alteração da data da primeira reunião Plenária. **Apresentação das  
377 atividades desenvolvidas pela Equipe de Mobilização FUNDEP (Projeto: prestação de serviços de Educação Ambiental e Mobilização  
378 Social na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas).** Polignano informa que a ação da equipe de mobilização no CBH Rio das Velhas é  
379 fundamental, sendo um trabalho social árduo, pesado, de cidadania e dedicação pela equipe, que tem sido muito comprometida com  
380 o trabalho. Em seguida, o Sr. Dimas Correa - Assistente Administrativo da Equipe de Mobilização inicia a apresentação expondo o  
381 histórico da mobilização do CBH Rio das Velhas, o motivo de sua existência e sobre os valores da execução das ações. Explica que em  
382 2012 foi aprovada a DN 08/2012 que “Aprova os Princípios de Diretrizes de Educação, Comunicação e Mobilização para a Bacia  
383 Hidrográfica do Rio das Velhas”, bem como um plano de ação para o mesmo (DN 09/2012: “Aprova o plano de ação de educação,  
384 comunicação e mobilização para a bacia hidrográfica do Rio das Velhas - 2012-2013). Explica que houve discussões sobre a maneira

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

385 que o CBH Rio das Velhas pudesse viabilizar e utilizar os recursos da cobrança nas ações de mobilização, que envolveu o IGAM, AGB  
386 Peixe Vivo e o CBH Rio das Velhas e verificou-se que o melhor formato seria um plano de ação através de um Projeto, o que levou à  
387 AGB Peixe Vivo a publicar em 2013, um Ato convocatório para a contratação de uma empresa, sendo a FUNDEP a vencedora e,  
388 portanto, ocorrendo a contratação da Equipe de Mobilização. Em seguida apresenta de forma objetiva informações sobre a FUNDEP e  
389 apresenta os números do contrato FUNDEP. Explica que FUNDEP foi contratada em 2013, com o valor total de R\$ 1.252.000,00, que  
390 representa o valor do Edital e que atualmente está no 5º Termo Aditivo do contrato, assinado em 7 de outubro de 2015, se  
391 encerrando em agosto de 2016, com o valor de R\$1.254.000,00. Explica que desde 2013 até o momento, o CBH Rio das Velhas e a AGB  
392 Peixe Vivo, executaram ações no valor R\$4.000.000,00 para o Projeto de Mobilização. Em seguida, cita os objetivos previstos no edital  
393 do Projeto de Mobilização, as linhas de ação executadas em relação aos Subcomitês, Plenárias, PDRH, Seminários e também eventos,  
394 como a Semana do Rio das Velhas e Encontro de Subcomitês. Em seguida, informa que desde 2013 a equipe de mobilização entregou  
395 19 relatórios (produtos) à AGB Peixe Vivo para a geração das faturas e no momento está em revisão o produto 20 (Atividades  
396 Ordinárias). Informa que o projeto será encerrado com o relatório 24, que se trata da compilação de todas as ações realizadas pela  
397 Equipe de Mobilização e que dos 19 relatórios entregues e aprovados, 18 estão publicados no portal CBH Rio das Velhas. Em seguida, a  
398 Sra. Izabel Nogueira - geoprocessamento da equipe de mobilização, explica de forma objetiva o trabalho do geoprocessamento no CBH  
399 Rio das Velhas. Informa que o trabalho é bem demandado, em especial em relação à mapas de localização, como também mapa de  
400 análise de dados, demandas diversas oriundas dos Subcomitês, mapas para a CTOC (Câmara Técnica de Outorga e Cobrança),  
401 acompanhamento das atividades da Equipe de Mobilização, atualização e acompanhamento do SIG - Sistema de Informações  
402 Geográficas do PDRH, organização da mapoteca, solicitação de base de informações em especial do IGAM e das nascentes da bacia,  
403 localização de outorgas e apoio aos Subcomitês. Informa que no período de trabalho foram executados 328 mapas, sendo para as  
404 visitas técnicas, Câmaras Técnicas, Estudos de análise regional e mapas dos municípios da bacia. Sobre as demandas futuras, Izabel  
405 informa que está previsto a disponibilização das bases cartográficas no portal do CBH Rio das Velhas, o Sistema de Informação  
406 Geográfica do Rio das Velhas (SIG), mapa de cadastramento dos conselheiros do CBH rio das Velhas e dos Subcomitês, atualização dos  
407 mapas das UTE, curso de capacitação dos Subcomitês, estudos regionais e aprofundamento da metodologia do ZAP (Zoneamento  
408 Ambiental Produtivo) no CBH Rio das Velhas. A Sra. Izabella Resende, da Equipe de Mobilização, explica que fica responsável pela  
409 organização da logística para as atividades solicitadas pelos grupos das Câmaras Técnicas e dos Subcomitês e que registros das  
410 atividades são realizados através de atas, fotografias e memórias de reunião, com a finalidade de fornecer transparência ao processo.  
411 Informa que desde 2013, diversas ações foram executadas, o inclui a criação de cinco Subcomitês. Informa que foi realizada uma breve  
412 análise de dados dos participantes das reuniões ordinárias dos Subcomitês. Apresenta o gráfico que demonstra que de 2013 a 2014,  
413 vem dobrando o número de participantes nas reuniões, chegando atualmente a 1.500 participantes. Apresenta imagens de atividades  
414 executadas que faz parte da qualificação dos debates, o que inclui os Seminários “Águas da Serra do Cabral” e “Alto Rio das Velhas: a  
415 cultura da escassez), Encontro de Subcomitês e Curso de capacitação. Em seguida, apresenta a tabela com a quantidade de cada  
416 atividade executada ao longo dos três anos pela Equipe de mobilização, que inclui reuniões ordinárias e extraordinárias de  
417 Subcomitês, visitas de campo de Subcomitês, Seminários de Subcomitês, Consultas Públicas PDHR, Reuniões Setoriais PDRH,  
418 Audiências Públicas PDRH, Semana do Rio das Velhas, Encontro de Subcomitês e Festivas e informa que o papel da Equipe é  
419 executado de forma continuada. Ao final, apresenta a equipe de trabalho e as responsabilidades de cada um. **Apresentação das**  
420 **atividades desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas do CBH Rio das Velhas.** O Sr. Procópio de Castro - ADAO, coordenador da CTECOM  
421 (Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização), apresenta os trabalhos executados pela Câmara nos processos  
422 de comunicação e mobilização do CBH Rio das Velhas. Procópio explica que a Câmara está em seu segundo mandato, sendo que o  
423 primeiro foi relativo à construção do plano de trabalho e sobre as diretrizes. O trabalho de comunicação faz parte do trabalho  
424 previsto, o que inclui a mobilização. Sinaliza que a Câmara está na fase conclusiva de um processo de mobilização e de comunicação,  
425 sendo que o processo de mobilização vem de uma prática antiga e o CBH Rio das Velhas tem avançado em relação à participação dos  
426 territórios da bacia, mas em relação ao processo de comunicação, há desafios a serem enfrentados. Informa sobre a cartilha de  
427 divulgação do PDRH Rio das Velhas para as 23 UTE, que somadas ao diagnóstico de cada um, mais um plano de trabalho para as UTEs,  
428 cria-se uma ponte de informação e entendimento. Informa que o CBH Rio das Velhas não tinha um plano de comunicação e de  
429 identidade visual, mas posteriormente surgiu o trabalho de comunicação. Cita como desafio o formato da linguagem para o CBH Rio  
430 das Velhas, pois será necessário o desenvolvimento de novas escalas de linguagem a serem utilizadas para o próximo produto que  
431 substituirá as cartilhas das UTE. Comenta que a Câmara tem também como um desafio, pensar em um formato de mídia para a  
432 divulgação. Procópio explica que a Câmara acompanha os projetos do CBH Rio das Velhas e que inicialmente houve dificuldades, pois  
433 as cartilhas finais dos projetos, muitas vezes não atendiam o escopo de comunicação do CBH Rio das Velhas, sendo necessário que a  
434 Câmara interferisse, mas atualmente há um modelo visual de programação de identidade. Em relação ao conteúdo das cartilhas dos  
435 projetos, foi necessário reuniões da Câmara para a análise do texto técnico. Em seguida, o Sr. José Antônio Cunha - ABES, conselheiro  
436 da CTPC (Câmara Técnica de Planos, Projetos e Controle), apresenta as atribuições da CTPC que envolve ações no sentido de  
437 regulamentar a implementação de instrumentos do sistema de informação sobre os recursos hídricos, enquadramento dos corpos  
438 d'água em classes e o Plano Diretor de Recursos Hídricos, que envolveu a CTPC na emissão e análise do parecer sobre os conflitos  
439 relacionados com os recursos hídricos. Informa que também são discutidos sobre processos de outorgas juntamente às outras  
440 Câmaras Técnicas. Em relação Plano Diretor de Recursos Hídricos, José Antônio informa que a Câmara também desenvolveu análise do  
441 plano de aplicação dos recursos da cobrança e na análise do Contrato de Gestão, sendo que esse contrato foi assinado. Informa que a  
442 CTPC participa do controle das atividades desenvolvidas pela AGB Peixe Vivo. Outra atribuição da Câmara se refere às atividades  
443 delegadas pelo Plenário e explica que, na medida do possível, foram realizadas, pois ocorreram algumas dificuldades. Apresenta um  
444 histórico das ações realizadas pela Câmara em 2015, que inclui a realização de reuniões ordinárias para discussão sobre a revisão da  
445 atualização do PDRH, acompanhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico, das Prefeituras que assinaram o Termo de  
446 Compromisso junto ao CBH Rio das Velhas e iniciaram a capacitação por meio do CREA, participação da reunião do GAT (Grupo de  
447 Acompanhamento Técnico) para a revisão do PDRH, reunião ordinária para discutir a DN 01/2015 que “Dispõe sobre mecanismos para  
448 seleção de demandas espontâneas de estudos, projetos e obras”, acompanhamento dos Projetos Hidroambientais, participação da

## ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015

449 visita de campo para acompanhamento do Projeto Hidroambiental da bacia do Rio Taquaraçu, na discussão sobre a cobrança do uso  
450 da água e participação de módulos de treinamento técnico para a elaboração dos PMSB das Prefeituras que assinaram o Termo de  
451 Compromisso junto ao CBH Rio das Velhas. Aproveita para convidar as Prefeituras para participarem da CTPC. Explica que a Câmara  
452 promoveu duas reuniões ordinárias para avaliação das demandas espontâneas referentes às UTE e para a realização da apresentação  
453 dos resultados da avaliação das demandas. Relata como se desenvolveu o processo e sobre as dificuldades enfrentadas e solicita que  
454 seja definida uma formatação para o recebimento das demandas espontâneas e um aprimoramento do processo de seleção. Explica  
455 que a Câmara também participou da reunião sobre o conflito do Alto Rio das Velhas e da Sub-bacia do Ribeiro Bonito. Houve também  
456 uma reunião junto ao SAAE-Caeté, para discutir sobre o sistema de abastecimento do município. Em seguida o Sr. Tarcísio de Paula-  
457 ACOMCHAMA explica que a Sra. Valéria Caldas, coordenadora da CTOC (Câmara Técnica de Outorga e Cobrança) encontra-se de férias  
458 e fala como primeiro Secretário. Comenta sobre a fala da Maria Tereza Corujo e do Polignano em relação ao desastre do rompimento  
459 da barragem da empresa Samarco e sobre a situação do Rio Doce, pois se centrou nessas falas para as ações na CTOC em 2016. Em  
460 seguida, faz o histórico das atividades desenvolvidas pela CTOC de análise de processos de outorga em 2015. Informa que em termos  
461 de visitas técnicas, houve uma redução desse trabalho, pois o mercado encontra-se ruim e vem ocorrendo poucas demandas para  
462 análise de processo de outorgas. Explica que a CTOC tem aproveitado para se aprofundar em pesquisas com objetivo de melhorar a  
463 estrutura da Câmara. Informa que a CTOC sofre uma pressão muito grande do empreendedor e dos políticos nos processos. Apresenta  
464 imagens da visita técnica realizada pela Câmara na Mina Abóboras - VALE, ocorrida em janeiro de 2015, localizada em Nova Lima,  
465 referente à pilha de estéril, contenção de drenos de fundo. Sinaliza que a CTOC tem trabalhado a relação entre a Câmara e o  
466 empreendedor para uma melhor aproximação entre ambos. Informa que em maio de 2015, a CTOC se reuniu para análise do  
467 processo de outorga da EMBRAPA e houve negociação entre o empreendedor e a Câmara para que a empresa implantasse uma área  
468 de APP (Área de Preservação Permanente). Em setembro de 2015, ocorreu a reunião do processo de outorga da SUDECAP para a  
469 canalização do Córrego da Avenida Central - canalização e/ou retificação de curso d'água, que foi que foi aprovado na reunião da  
470 Plenária anterior. Informa que será realizado no dia 21 de dezembro de 2015, uma reunião da Câmara referente ao processo de  
471 outorga do Horizonte Têxtil, que se trata de uma barragem para geração de energia e que contará com a participação do Subcomitê  
472 Rio Cipó. Explica que anteriormente ao acidente da barragem da empresa Samarco, a CTOC já havia a preocupação em relação ao  
473 papel da Câmara nas análises dos processos de outorga e informa que a Câmara está se esforçando para a melhoria de sua atuação  
474 daqui para frente. Informa que a relação entre a CTOC e instituições como a CEMIG, Copasa e IGAM tem melhorado, pois há  
475 contribuição das entidades nas ações. Tarcísio explica que a Câmara se reuniu em novembro de 2015 para discutir sobre as barragens  
476 localizadas na região do Alto Rio das Velhas e que há 46 barramentos na região, mas nem todos são para deposição de rejeitos. Explica  
477 que a empresa Vale foi convocada pela CTOC a se posicionar em relação aos seus barramentos, que são em torno de 16. Explica que o  
478 Sr. Luiz Cláudio - VALE e conselheiro da CTOC se propôs a fazer uma apresentação para expor a situação da empresa VALE na região do  
479 Alto Rio das Velhas em relação aos seus barramentos. Tarcísio informa que Patrícia Sena - AGB Peixe Vivo, elaborou e apresentou um  
480 trabalho à CTOC referente à linha em que o IGAM atua em relação aos processos de outorga, baseando-se no PDRH - Rio das Velhas.  
481 Comenta que o Sr. Alberto Simon- Diretor Técnico da AGB Peixe Vivo também realizou uma apresentação referente a processos de  
482 outorga. Explica que a Câmara, a pedido do Polignano, realizou uma reunião em dezembro de 2015, com o objetivo de elaborar um  
483 ofício a ser encaminhado aos departamentos cabíveis, incluindo o Ministério Público, solicitando providências em relação a algumas  
484 barragens localizadas no Alto Rio das Velhas que estão em situação preocupante. Informa que a Copasa está preocupada, pois há um  
485 sistema de captação da entidade ao lado de uma barragem de ouro que se encontra fechada, impossibilitando o seu acesso ao local.  
486 Comenta que Polignano recebeu um comunicado referente à empresa de mineração Herculano, localizada em Itabirito, de que ainda  
487 há deposição de sedimentos em suas barragens. Finalizando a apresentação, Tarcísio parabeniza a criação do Subcomitê Águas do  
488 Gandarela e fala sobre a importância da participação ativa dos Conselheiros das Câmaras Técnicas nas reuniões e visitas técnicas. Para  
489 ele, é necessário disponibilidade e expõe que mesmo com o calor da emoção, a razão é necessária, pois a atuação nas Câmaras não é  
490 fácil. Em seguida, Polignano agradece à presença de todos, agradece pelo trabalho dedicado nas Câmaras Técnicas e reforça que o  
491 CBH Rio das Velhas é uma estrutura do Estado, portanto poderia ter mais participação do órgão. Agradece à Equipe de Mobilização  
492 Fundep pelo trabalho executado e em seguida apresenta de forma objetiva sobre a CTIL - Câmara Técnica Institucional e Legal, Câmara  
493 que ele coordena. Apresenta as ações que foram executadas pela Câmara em 2015. Como a CTPC, a CTIL também acompanhou as  
494 discussões referentes à atualização do PDRH-Rio das Velhas, pois cabia a ela, a sua aprovação. Houve também a participação da CTIL  
495 na discussão da minuta da DN 01-2015 que "Dispõe sobre os mecanismos para a seleção de demandas espontâneas de estudos,  
496 projetos e obras". Aproveita para informar que considera as sugestões apresentadas pela CTPC em relação ao processo de melhoria  
497 dos mecanismos utilizados no recebimento das demandas espontâneas, mas considera que o primeiro edital gerou resultados  
498 positivos, pois 38 projetos foram aprovados, sendo que teremos uma demanda para 2016 de 17 projetos. Informa que a Câmara  
499 participou do debate das alterações do PDRH. Apresenta a DN 02-2014, que aprova o PDRH-Rio das Velhas, aprovada em Plenária em  
500 2015. Em relação ao Regimento Interno do CBH Rio das Velhas, DN 03-2010, explica que a CTIL iniciou o debate para a revisão do  
501 Regimento Interno, mas o CERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos estava em processo de normatização do Regimento Interno  
502 para todos os Comitês de Bacia e, por esse motivo, o trabalho foi interrompido pela CTIL. O CERH aprovou o regimento geral e a CTIL  
503 iniciará o processo de adaptação para o Rio das Velhas. Apresenta a Deliberação de criação do Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das  
504 Velhas e as Deliberações Normativas de criação dos Subcomitês, que passaram na CTIL. Finaliza informando que as instâncias do CBH  
505 Rio das Velhas estão funcionando dentro do regulamento. Ao final da reunião Plenária, foi exposta uma apresentação de final de ano  
506 elaborada pela equipe de comunicação do CBH Rio das Velhas. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Sr. Marcus Vinícius  
507 Polignano encerra a reunião, da qual se lavrou a presente ata.  
508



**Marcus Vinicius Polignano**  
Presidente do CBH Rio das Velhas

509  
510  
511

**ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015**

512



513

514

**Valter Vilela Cunha**  
Secretário do CBH Rio das Velhas

515

516

517

**ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2016**